

# política



## Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

### Produtores ainda esperam recursos

O deputado federal gaúcho Afonso Hamm (PP, foto) voltou a reclamar de demora do governo na liberação de recursos previstos em medida provisória sobre o endividamento de produtores rurais afetados pela seca. Ele afirma que, passados mais de 40 dias da edição da norma, nenhum agricultor conseguiu os créditos prometidos.



### Falta de apoio do governo

Afonso Hamm cobra a realização de auditoria do Tribunal de Contas da União para apurar a atuação dos bancos na concessão de financiamentos rurais, anunciadas pelo TCU. Segundo o parlamentar, produtores estão no desespero, enquanto os juros continuam altos e o governo federal não cumpre com o apoio prometido.

### O novo tabuleiro de 2026

A disputa presidencial de 2026 começa a se desenhar. O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), já se coloca como um dos nomes do campo da direita que pretende enfrentar o projeto de poder do presidente Lula (PT). Em encontro com empresários em Brasília, Caiado afirmou que “a avaliação de Lula sobre o Congresso é compatível com quem se olha no espelho: baixo nível”. Para ele, “o atual governo descambou para um populismo desenfreado, e vive de jogar dinheiro na rua”. Ronaldo Caiado mira o Palácio do Planalto com discurso de moralidade e eficiência.

### Frente ampla de candidaturas

Caiado reconhece que a direita também cometeu erros, e defende a formação de uma ampla frente de candidaturas com base na moralidade e na responsabilidade fiscal. “O Brasil vive um processo de deterioração da governabilidade. O problema não é ideológico, é moral”, declarou. O governador cobra uma agenda de reconstrução institucional, com foco na autoridade do Estado e na ética na gestão pública, temas que ressoam entre empresários e eleitores conservadores.

### Propostas e prioridades

Questionado sobre o que faria se eleito, Caiado citou três medidas centrais: “anistiar injustiçados políticos e jurídicos, classificar ações de facções criminosas como terrorismo e reunir os Três Poderes para redefinir os rumos do País”. A fala, de tom conciliador, indica que o goiano pretende se apresentar como uma alternativa de estabilidade e de “retomada da ordem”, bandeira tradicional de seu discurso político.

### O exemplo de Goiás: segurança e tecnologia

No encontro, o governador apresentou números de sua gestão. Goiás reduziu drasticamente os índices de criminalidade e se tornou referência em inovação tecnológica. Caiado destacou a criação do Centro de Excelência em Inteligência Artificial (Ceia) e investimentos de mais de R\$ 700 milhões em pesquisa e tecnologia. “Hoje, a IA está presente na agricultura, na educação e na segurança. Isso é eficiência pública”, afirmou.

### Desenvolvimento e sustentabilidade

Ronaldo Caiado também aposta no discurso da modernização econômica. Mencionou os avanços em mineração, especialmente na exploração de terras raras – insumos estratégicos para a indústria global –, e anunciou parcerias com o Japão. Na área ambiental, defende o uso de biometano em ônibus e veículos oficiais, como símbolo de sustentabilidade.

# Paula Mascarenhas

## Entrevista Especial

Marcus Meneghetti  
marcusv@jcrs.com.br

Em mais uma entrevista abordando as pré-candidaturas ao governo do Estado, a convidada desta semana é a secretária de Relações Institucionais do Rio Grande do Sul e presidente do diretório estadual do PSDB, Paula Mascarenhas. Ela defende que os partidos que apoiam o atual governo escolham o sucessor de Eduardo Leite (PSD) através de pesquisas e critérios objetivos. Embora saiba que, nesse processo, alguns pré-candidatos terão que abrir mão da cabeça de chapa, ela afirma que não entra na disputa apenas para “figurar”.

“Essa escolha deve ser baseada em quem tem mais capilaridade, mais possibilidade de vencer a eleição, mas também mais capacidade de juntar o grupo e liderar o processo depois da eleição.” Além do PSDB, as principais siglas governistas que lançaram pré-candidaturas são o PP, que trabalha com o nome do deputado federal Covatti Filho, e o MDB, com o nome do vice-governador, Gabriel Souza.

Paula avalia que o próximo governador do Estado terá grandes desafios, por conta da volta do pagamento da dívida com a União, o aumento das despesas com saúde e educação e o déficit previdenciário. Por esses motivos, a ex-prefeita de Pelotas não acredita que o RS consiga reverter o déficit de R\$ 3,8 bilhões para 2026, previsto no projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Executivo que tramita na Assembleia Legislativa. Contudo, apesar do cenário difícil, acredita que os investimentos em obras, em resiliência, educação, segurança e a concessão de rodovias devem garantir crescimento econômico para o Estado nos próximos anos.

**Jornal do Comércio - O projeto da LOA de 2026 traz uma projeção de R\$ 3,8 bilhões de déficit. É possível reverter-lo?**

**Paula Mascarenhas** - Não acho que, em 2026, se consiga zerar esse déficit. É um trabalho de longo prazo, mas que já começou a ser feito com profundo respeito à responsabilidade fiscal. O governo quando decidiu assinar o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) assumiu um compromisso com a austeridade.

Acho que o Estado tem condições de manter a austeridade? Sim, tem condições, mas vai passar por momentos difíceis. O próximo governo vai ter um desafio grande do ponto de vista fiscal, porque agora não está sendo paga a dívida com a União. Além disso, vai haver um aumento de gastos na saúde e educação nos próximos anos...

**JC - Refere-se ao acordo com o Ministério Público para aumentar os investimentos em saúde e educação, para atingir os mínimos constitucionais de 12% e 25% da Receita Corrente Líquida, respectivamente?**

**Paula** - Só até o ano que vem, isso significa mais de R\$ 1 bilhão na saúde, além de todos os repasses normais, por causa do acordo com o Ministério Público. O acordo também envolve educação, então vai ter um aumento de despesas nessa área também. Ao mesmo tempo, não temos mais ativos para privatizar, praticamente não temos mais, portanto, não há mais receitas extraordinárias. Muitos ativos já foram privatizados e esses recursos reinvestidos no Estado em infraestrutura, em questões que vão certamente também gerar receita aos cofres públicos estaduais.

**JC - Está dizendo que, apesar de todas as reformas feitas nos últimos anos, o Estado ainda tem desafios...**

**Paula** - O Estado saiu de uma condição fiscal e financeira muito grave, virou o jogo, mas as pessoas confundem. “Ah, agora está tudo resolvido no Estado.” Não, a situação é muito desafiadora. Além da volta da dívida e do aumento dos investimentos na saúde e educação, o Estado tem o déficit previdenciário que foi reduzido com as reformas que foram feitas (na gestão José Ivo Sartori, MDB, 2015-2018; e no primeiro mandato de Eduardo Leite, então PSDB,

2019-2022). O déficit previdenciário seria em torno de R\$ 12 bilhões e foi reduzido para R\$ 9 bilhões. Ainda assim, é um déficit pesadíssimo para os cofres do Estado. O governo Eduardo Leite tem esse mérito, como o governo Sartori também teve, de não esconder a situação fiscal do RS. Afinal, os déficits orçamentários aparecem se o governo decidir que apareçam, porque há formas de esconder esse déficit, incluindo receitas extraordinárias etc. Inclusive, tem um grupo de técnicos que defende isso, que se sentem mal enviando um orçamento desequilibrado (à Assembleia Legislativa).

**JC - Nesse cenário de volta da dívida, aumento das despesas com saúde e educação e déficit previdenciário, os deputados estaduais aprovaram o projeto do Executivo que limita os saques do Caixa Único. Alguns deputados, tanto de direita quanto de esquerda, reclamaram que isso pode engessar demais o próximo governo.**

**Paula** - Na verdade, isso é um passo importante que vem sendo dado, porque esse tipo de procedimento (saques do Caixa Único) era feito só aqui no RS. Foi uma forma de enfrentar os déficits, mas usando recursos vinculados, o que é inadequado. Se deixarmos em aberto essa possibilidade, podemos retornar a uma situação gravíssima: o uso do Caixa Único não de forma eventual, mas de maneira sistemática, o que prejudica o Estado brutalmente. Por exemplo, o Porto do Rio Grande não tinha investimento nenhum, porque o dinheiro (do fundo destinado ao porto) ficava no Caixa Único e era usado para pagar salário e outras despesas correntes. Hoje, o porto está tendo os maiores investimentos da sua história, porque os recursos do fundo estão sendo reinvestidos na infraestrutura, dragagem. A gente tem



**“Precisa de um grupo de partidos para governar o RS e para ganhar a eleição. Vai ser uma eleição muito polarizada”**